

Nº 5.522 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, RICARDO ROESCH MORATO FILHO para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) FLAVINHO, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP19, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Nº 5.523 - Nomear, na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, SORAI LIÉDE SANTOS RODRIGUES para exercer, no gabinete do(a) Deputado(a) IRMAO LAZARO, o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.

EMERSON BRITO DE MELO

**SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA EXECUTIVA DE GESTÃO**

PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 72 do Regulamento Administrativo, conforme Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.003451/2017-07, resolve:

Nº 2.640 - fundamentado no art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/58, e em observância aos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nºs 892/2012 e 2.780/2016, ambos do Plenário, por perda da qualidade de beneficiária, por restar descaracterizada a dependência econômica e manter união estável, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a GISELE CASTELLO BRANCO PORTES, na condição de filha solteira, maior de 21 anos, a partir de 17/03/2017, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 3.373/58, reverter a referida cota cancelada para ALESSANDRA CASTELLO BRANCO PORTES, na condição de filha solteira, maior de 21 anos, alterando a cota da pensão temporária de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), no período de 17/03/2017 até 22/03/2017, tendo em vista que em 23/03/2017 foi cancelado o benefício de ALESSANDRA CASTELLO BRANCO PORTES, de acordo com o Despacho nº 768/2017-DGER, e manter a pensão vitalícia concedida a SANDRA CASTELLO BRANCO PORTES, na qualidade de cônjuge, da remuneração que percebia o ex-servidor PAULO IRINEU PORTES, matrícula 120800.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 72 do Regulamento Administrativo conforme o Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2017, considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.009127/2017-94, resolve:

Nº 2.771 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor JOSÉ LACERDA GOMES, Consultor Legislativo/ Assessoramento em Orçamento, Nível III, Padrão S-45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

MARCIO TANCREDI

PORTARIA Nº 2.735, DE 9 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pela Resolução nº 20, de 2015 e Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 00200.024991/2011- 21 e anexos, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria da Diretoria-Geral nº 1959, de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 87, Seção 2, de 09 de abril de 2017, e, nos termos da sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz Federal da 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dr. Rodrigo Navarro de Oliveira, que concedeu tutela antecipada nos autos da Ação Ordinária nº 0010828- 84.2014.4.01.3400, e fundamentado nos arts. 215, 217, inciso I, alínea "b", e 219, parágrafo único, todos da Lei nº 8.112/90, em sua redação original, e no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003, c/c a Lei nº 10.887, de 18/06/2004, e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, alterar a cota da pensão vitalícia concedida a CELENE FARIAS EVANGELISTA, na condição de cônjuge, do percentual de 50% (cinquenta por cento) para 33,34% (trinta e três vírgula trinta e quatro por cento); conceder pensão vitalícia a MARLI DE PAULA SOUZA, na condição de ex-companheira pensionada, no percentual de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento), e manter a pensão temporária concedida a TONY FARIAS EVANGELISTA, na qualidade de filho inválido, no percentual de 50% (cinquenta por cento), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 7486/2011, dos proventos que percebia o ex-servidor PEDRO ALVES EVANGELISTA, matrícula 7216, a partir de 21/03/2017, data em que o Senado Federal foi formalmente comunicado da ordem judicial, conforme Ofício da Advocacia-Geral da União nº 00397/2017/CO-JEF/PRUIR/PGU/AGU.

MARCIO TANCREDI

PORTARIAS DE 12 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 831095, resolve:

Nº 2.774 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, DANIEL RIBEIRO SILVESTRE para exercer o cargo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR, SF02, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão COM-DIR/TRSECR - Terceira-Secretaria.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 832233, resolve:

Nº 2.775 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, WALESKA BONDADE RODRIGUES LIMA para exercer o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR, AP-04, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSELOP - Gabinete do Senador Eduardo Lopes.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 832260, resolve:

Nº 2.776 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, ALANE SOCORRO SOUSA SIQUEIRA para exercer o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSRROD - Gabinete do Senador Raulo de Rodrigues.

MARCIO TANCREDI

PORTARIAS DE 13 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 831686, resolve:

Nº 2.781 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, HAROLDO TADEU DA CRUZ CARDOSO para exercer o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSFLEX - Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 832222, resolve:

Nº 2.782 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, RAFAEL VIANA DE LIMA para exercer o cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSRFREIT - Gabinete da Senadora Rose de Freitas.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 832235, resolve:

Nº 2.783 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, FÁBIO DOS PRAZERES PINTO para exercer o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSROMARI - Gabinete do Senador Romário.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 31, de 2014, combinado com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 832327, resolve:

Nº 2.784 - exonerar LUZIA DE FATIMA BERNARDES DA COSTA, matrícula nº 325640, do cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do órgão GABLDI/GLPSD - Gabinete da Liderança do PSD, e nomear para o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR SÊNIOR, AP-04, da mesma lotação.

MARCIO TANCREDI

Poder Judiciário

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SECRETARIA**

PORTARIA Nº 139, DE 13 DE JUNHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inc. II do art. 9º da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Designar ADRIANA LUIZA BLUMM FERREIRA, Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente II, nível FC-02, na Seção de Contratos.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

PORTARIA Nº 140, DE 13 DE JUNHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inc. II do art. 9º e no inc. I do art. 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Dispensar ANA LAURA DE CARVALHO, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Odontologia, da função comissionada de Assistente II, nível FC-02, da Seção de Assistência Odontológica, desde 13 de junho de 2017.

Art. 2º Designar PAULA ALENCAR CAMPOLINA DE ALENCAR MATOS, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Odontologia, para exercer a função comissionada de Assistente II, nível FC-02, na Seção de Assistência Odontológica.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 187, DE 9 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições conferidas pela alínea "d" do inciso XI do artigo 3º da Portaria nº 112/2010 e com base no inciso I do artigo 35 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

I - Dispensar ALEXANDRE PADULA JANNUZZI, Analista Judiciário, Área Judiciária, do quadro de pessoal deste Conselho, da função de confiança de Assistente V, nível FC-5, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas;

II - Designar a servidora THANISE MAIA ALVES, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, para ocupar a função de confiança de Assistente V, nível FC-5, do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA**

PORTARIA Nº 445, DE 13 DE JUNHO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, e considerando o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000006620-4, resolve:

Declarar vago, a partir de 2 de junho de 2017, o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por Weslei Machado Alves, em decorrência de posse em outro cargo público, inacumulável.

MAURICIO CALDAS DE MELO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 231 DE 9 DE JUNHO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ nº 11.845/2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor ANDRÉ RAMOS DE AZEVEDO, matrícula S024664, para exercer a função de confiança de Assistente II, código FC-2, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pelo prazo de um ano, concedendo-lhe 10 dias de trânsito, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ